

O BRASIL NO BÔNUS DEMOGRÁFICO: UMA JANELA DE OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Brazil in the demographic bonus: a window of opportunities and challenges

Henrique Reichert

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: henrique_rt@ymail.com.

Pascoal José Marion Filho

Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: pascoaljmarion@yahoo.com.br.

Resumo: Este artigo avalia as mudanças demográficas ocorridas no Brasil e identifica oportunidades e desafios para governos e sociedade. O método descritivo é utilizado na análise e a revisão bibliográfica complementa a discussão em torno das prováveis consequências e demandas geradas pelas mudanças na estrutura etária da população. A pesquisa revela que o País está passando pelo Primeiro Dividendo Demográfico e que a transição etária inter-regional é heterogênea, sendo mais avançada no Sul e no Sudeste e mais atrasada no Norte e no Nordeste. O mesmo ocorre em relação à renda, as famílias mais pobres têm maior taxa de dependência de jovens e menor de idosos, e vice-versa. Também está claro que existe uma janela de oportunidades, especialmente na educação, e muitos desafios, incluindo o aumento da produtividade para sustentar a parcela crescente de idosos e o equilíbrio do sistema previdenciário.

Palavras-chave: Bônus Demográfico; Transição Demográfica; Dividendos Demográficos; Brasil.

Abstract: This article evaluates the demographic changes in Brazil and identifies opportunities and challenges for governments and society. The descriptive method is used in the analysis and the literature review complements the discussion on the likely consequences and demands generated by changes in the age structure of the population. The research reveals that the country is going through the First Demographic Dividend and that interregional age transition is heterogeneous, being more advanced in the South and Southeast and less in the North and Northeast. The same occurs in relation to income, the poorest families have higher dependency ratio of young and less of elderly and vice versa. It is also clear that there is a window of opportunities, especially in education, and many challenges, including increased productivity to sustain the growing share of the elderly and the balance of the pension system.

Key words: Demographic Bonus; Demographic Transition; Demographic Dividends; Brazil.

1 Introdução

A Transição Demográfica é um processo natural que recai sobre todas as regiões do mundo, ainda que sua extensão e velocidade sejam variadas. Em geral, o envelhecimento populacional é um processo conhecido nos países desenvolvidos, mas relativamente novo nos países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2013).

Até a década de 1960, a população brasileira apresentava uma distribuição etária praticamente constante, de perfil extremamente jovem (CARVALHO; GARCIA, 2003). Já no final da década, houve um rápido declínio da fecundidade, de 6,28 filhos por mulher em 1960 para 1,87 em 2010, com projeção de 1,59 para o ano de 2015 (IBGE, 2013). Com isso, espera-se uma nova distribuição na estrutura etária do País, onde os jovens diminuirão sua parcela na população de 42% em 1950 para 18% em 2050, enquanto que os idosos, no mesmo período, aumentarão sua participação de 2,4% para 19% (BRITO, 2007).

Este novo perfil da demografia brasileira implica um novo ambiente econômico e institucional para a sociedade, em que ocorrerão novas demandas e preocupações socioeconômicas. Em um primeiro momento, a queda da fecundidade faz com que ocorra um aumento da população em idade ativa (PIA) em decorrência da queda contínua da população dependente. Com isso, abre-se uma possibilidade de crescimento da renda, que é denominado de Bônus Demográfico (ou Primeiro Dividendo Demográfico).

Em um segundo momento, associam-se vários desafios econômicos ante ao crescimento acelerado da proporção de idosos na população. Entre eles, Camarano e Pesinato (2007) destacam as dificuldades quanto ao financiamento da seguridade social e dos gastos com saúde pública, e Pessoa (2009) ressalta que as dificuldades na formação de capital físico e humano em uma sociedade envelhecida são maiores, uma vez que as pessoas tendem a poupar enquanto trabalham e a despoupar quando idosas, mantendo o padrão de consumo estável.

Apesar das dificuldades apresentadas, Mason (2007) acredita que é possível mudar o quadro e ter um Segundo Dividendo Demográfico. Para isso, faz-se necessário ampliar o capital físico e humano, de maneira a elevar a produtividade e a capacidade de amparo financeiro. O autor destaca

ainda que esse momento exige empenho dos governos, especialmente em formar instituições que possam transformar estas possibilidades em reais vantagens econômicas e sociais.

A pesquisa tem como objetivo avaliar as mudanças demográficas ocorridas no Brasil e identificar algumas oportunidades e desafios para o governo e a sociedade. Tendo como objeto de análise um país em desenvolvimento, o estudo ganha mais relevância, uma vez que existem diversos entraves na gestão e na qualidade dos serviços públicos disponibilizados, além da dificuldade macroeconômica na formação de capital. Portanto, ter a compreensão da influência demográfica sobre a economia é um passo importante para visualizar as possibilidades e necessidades deste novo percurso.

Além desta seção introdutória, este trabalho conta com mais quatro seções. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico e metodológico. A terceira seção traz uma avaliação da dinâmica demográfica brasileira, com destaque para as alterações de perfil etário e o comportamento da fecundidade. Na quarta seção, identificam-se oportunidades e desafios socioeconômicos impostos pela transição demográfica. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 Aspectos teóricos e metodológicos

2.1 O referencial teórico

Na história mundial, pode-se afirmar que houve pelo menos três grandes regimes populacionais: o Regime Malthusiano, o Pós-Malthusiano e o Regime de Crescimento Moderno. O primeiro deles sustenta que a dinâmica de crescimento da população está relacionada a mudanças restritivas e qualitativas no comportamento das famílias, as quais são determinadas pelo ambiente econômico (produção de alimentos). O elemento principal que separa o Regime Malthusiano do Pós-Malthusiano é a aceleração do progresso tecnológico, e a passagem do regime de crescimento Pós-Malthusiano para o Moderno é a Transição Demográfica. O Regime de Crescimento Moderno se caracteriza por um rápido crescimento da renda per capita, devido às inúmeras inovações tecnológicas e aumento do capital humano (GALOR; WEIL, 2000).

A Transição Demográfica no Regime de Crescimento Moderno resultou da redução nas taxas de

mortalidade e fecundidade, o que gera um envelhecimento da população. Segundo a United Nations (2013), pode-se definir o envelhecimento populacional como um processo dinâmico, “[...] determined by the relative size of the younger and older cohorts in the population at different moments” (UNITED NATIONS, 2013, p.3). A parcela de jovens na população depende do número de indivíduos em idade fértil e dos níveis de fecundidade existentes. Já as taxas de mortalidade determinam a proporção das pessoas que sobrevivem até o grupo de idosos. Como as taxas de fecundidade e mortalidade estão em declínio, diminui a proporção de jovens concomitantemente com o aumento do grupo de idosos.

Do ponto de vista econômico, entende-se que jovens e idosos não contribuem produtivamente, embora mantenham certo padrão de consumo. Esse fato faz com que se mantenha um excedente de renda nas faixas etárias produtivas, de modo que se consiga abastecer os demais grupos. Ainda que cada população possa apresentar distintos comportamentos financeiros, tem-se normalmente um padrão de consumo constante durante toda a vida, que é sustentado por um rendimento do trabalho que se sobressai apenas no período produtivo (UNITED NATIONS, 2013).

Para determinar a proporção da população que não contribui produtivamente em relação à população em idade ativa, utiliza-se a Taxa de Dependência. Para Taylor (1995), este indicador é o resultado do quociente entre a população dependente, que é igual à soma do número de crianças (com menos de 15 anos de idade) com o número de pessoas idosas (com idade igual ou maior que 65 anos), e a população em idade ativa (faixa etária de 15 a 64 anos). Nota-se que esta relação assume que todas as pessoas com menos de 15 anos e com 65 anos ou mais são improdutivas, enquanto todas as outras são produtivas, o que pode não ser inteiramente verdade.

Para Coale e Hoover (1958), o elemento essencial para compreender os níveis de dependência e a distribuição etária na sociedade é a taxa de fecundidade. Estes autores entendem que, do mesmo modo que uma família com número elevado de crianças tende a consumir mais e poupar menos, um país caracterizado por altas taxas de nascimento também desvia parte de seu capital acumulado para gastos assistenciais. Por outro lado, com a redução da fecundidade haverá queda na proporção de crianças e crescimento do grupo de adultos,

reduzindo o ônus da dependência. Isto ocorre até o momento em que estes adultos adentram na fase idosa, aumentando novamente a taxa de dependência. Turra e Queiroz (2005) argumentam que o impacto econômico das mudanças demográficas era geralmente reconhecido como um Bônus Demográfico, mas passou recentemente a ser apresentado como uma combinação de dois dividendos demográficos.

Nessa perspectiva, Mason (2007) argumenta que o Primeiro Dividendo Demográfico corresponde a um simples aumento numérico da proporção de trabalhadores, o qual se refletirá em uma produção per capita mais elevada, caso se mantenham fixas a produtividade e a taxa de desemprego. Na medida em que o ciclo de vida de produção e consumo interage com as alterações na estrutura etária, este dividendo surge e se dissipa.

As mesmas forças que levam ao fim o primeiro estágio, podem também levar a um Segundo Dividendo Demográfico, diferente do primeiro. Este processo é reflexo do envelhecimento da população, e caracteriza-se por elevar, novamente, as taxas de dependência. Segundo Taylor (1995), ainda que tanto as crianças como os idosos sejam tratados como dependentes, suas participações econômicas são diferenciadas, o que implica novos padrões de renda e poupança.

Mason (2007) afirma que o Segundo Dividendo Demográfico pode se apresentar como uma nova oportunidade de geração de excedente. O desafio-chave para que isso ocorra encontra-se na capacidade de investir em novos nichos de mercado e acumular capital físico e humano, de forma a elevar a produtividade. Destaca ainda que o envelhecimento da população não tem natureza transitória, desde que se consiga manter uma dinâmica econômica favorável com alta participação de idosos. Com isso, tem-se uma posição econômica permanente e sustentável sobre a formação da renda.

Ainda que estas interações entre ciclo de vida e economia gerem benefícios em termos teóricos, ressalta-se que tal relação não pode ser considerada determinista. Na ausência de aparatos institucionais que complementem os dividendos demográficos, os efeitos sobre a economia podem ser variados. Nesse sentido, no Primeiro Dividendo, o ganho econômico do crescimento da população em idade ativa só poderá ser realizado se houver disponibilidade de empregos no mesmo montante da expansão da população disposta a trabalhar.

Já no Segundo Dividendo, o incentivo à poupança dependerá do comportamento dos mercados financeiros, dos programas de pensões e da seguridade, que dependem da atuação governamental. Por isso, Mason (2007, p.95) afirma que “[...] changes in age structure define possibilities but, by themselves, do not determine the outcome”.

Em suma, tem-se a definição de que o Primeiro Dividendo é resultado do crescimento percentual de pessoas dispostas a trabalhar (ou da redução na Taxa de Dependência) enquanto que o Segundo opera pelo crescimento da produtividade, o qual é induzido pelo acúmulo de riqueza (MASON, 2007). Além disso, destaca-se que alguns efeitos da transição demográfica sobre a economia têm recebido atenção especial de economistas, tais como o comportamento da previdência e da poupança.

2.2 Aspectos metodológicos

Para avaliar as mudanças demográficas no Brasil e seus diferenciais regionais e sociais, bem como as perspectivas demográficas futuras, utilizam-se os censos demográficos e o conjunto de dados e projeções populacionais divulgadas e revisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2013. Nessa última versão, a série de projeções é calculada até o ano de 2060 para o Brasil e 2030 para as Unidades da Federação, tendo como base o Censo Demográfico de 2010, o último realizado no País.

A partir das informações populacionais, calculam-se taxas de dependência total, de jovens e de idosos para a população brasileira e grandes regiões. Definida como a razão entre população dependente e a população ativa, as taxas consideram como dependentes jovens o número de pessoas com menos de 15 anos de idade e dependentes idosos as pessoas com 65 anos ou mais. A parcela da população em idade ativa concentra-se na faixa etária entre 15 a 64 anos (UNITED NATIONS, 2013; TAYLOR, 1995).

Após situar a posição do Brasil diante das mudanças demográficas, faz-se uma revisão de literatura a fim de deduzir as consequências econômicas e sociais da transição demográfica para o País.

3 Aspectos demográficos do Brasil

O processo de redução da fecundidade e da mortalidade em alguns países (França e Suécia)

ocorre desde o século XIX e tem se ampliado nas últimas décadas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas (UNITED NATIONS, 2013). De acordo com a instituição, as regiões mais avançadas apresentaram declínio da fecundidade de 2,8 em 1950-1955 para 1,6 em 2000-2005, enquanto que nas regiões mais atrasadas a queda neste período foi de 6,1 filhos para 2,7.

Kinsella e Phillips (2005) também afirmam que a dinâmica da transição demográfica tem se tornado mais rápida nos países em desenvolvimento. Estes autores mostram que o tempo necessário para que a proporção de idosos aumentasse de 7% para 14% foi de 115 anos na França, 85 na Suécia e 69 nos Estados Unidos da América (E.U.A.). No entanto, na China estima-se que o aumento ocorra em 26 anos, no Brasil 21 e na Colômbia 20 anos.

Segundo dados das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2012), as mudanças demográficas no Brasil decorrem principalmente da queda no nível de fecundidade, pois a mesma caiu de seis em 1960-1965 para dois em 2005-2010. A queda da taxa reprodutiva, por sua vez, encontrou patamar abaixo do nível de reposição em 2005 (com 2,09 filhos por mulher) e deve continuar declinando até o nível de 1,5 filhos por mulher em 2030. Dessa maneira, o número total de residentes no País, que ultrapassou a faixa dos 200 milhões de habitantes em 2013, tende a alcançar seu máximo em 2042, com 228,350 milhões de habitantes (IBGE, 2013).

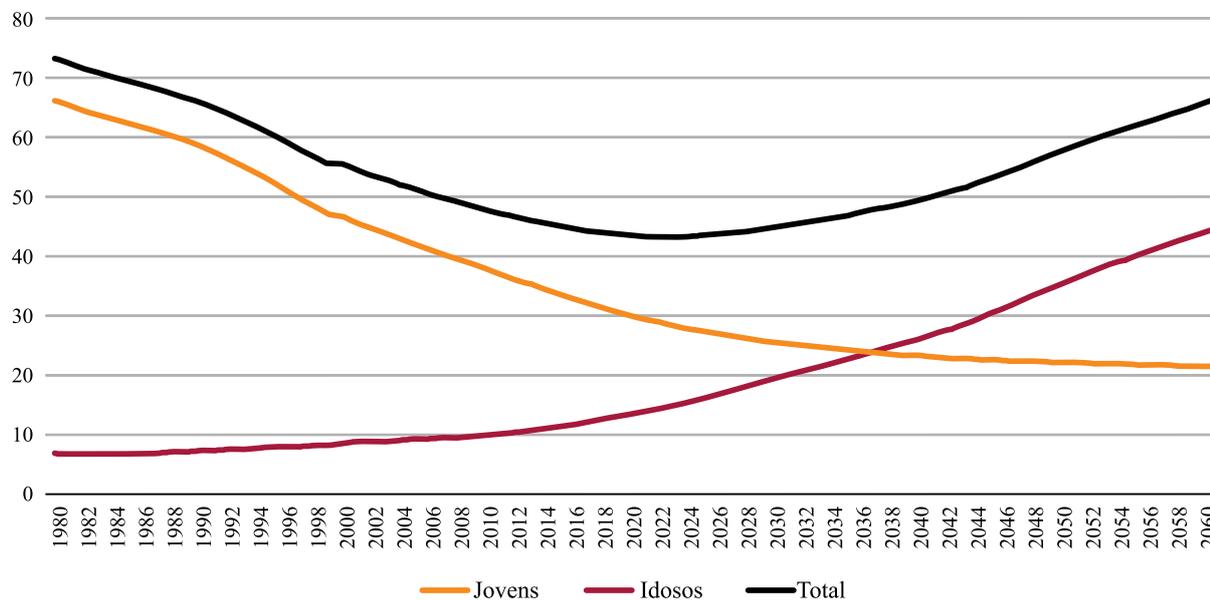
Wong e Carvalho (2006) argumentam que as mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade alteram as participações relativas das faixas etárias, ocasionando uma Transição de Estrutura Etária (TEE). Assim, a divisão etária deixa de apresentar um formato acentuadamente piramidal, marcado pela significativa presença de jovens, e passa a entrar em processo de envelhecimento, aumentando a idade média da população.

A ferramenta mais conhecida para avaliação destas distribuições etárias é a Razão de Dependência Total e suas variações (Razão de Dependência de Jovens e de Idosos). Segundo Brito (2007), a taxa de dependência total brasileira apresenta valores elevados desde a década de 1950, quando possuía 79 dependentes para cada 100 pessoas ativas, sendo 75 jovens e 4 idosos. Passados dez anos, a manutenção de elevado nível de fecundidade e a ascensão da proporção de idosos aumentaram esta relação, que alcançou um auge de 83 dependentes (78 jovens e 5 idosos).

Informações do IBGE (2008, 2013) destacam a longa fase de declínio no número de dependentes, iniciada pouco antes da década de 1980. Contudo, segundo as projeções do IBGE (2013), este movimento findará no ano de 2022,

quando a relação de dependência total alcançará um mínimo de 43,35. A partir deste ano, a crescente participação de idosos na população torna a dependência total ascendente (Figura 1).

Figura 1 – Razão de dependência total, de jovens e de idosos no Brasil (2000-2060*)



Fonte: Elaborada pelos autores a partir das Projeções da População do IBGE (2008, 2013).

Ainda que a relação de dependentes aumente a partir de 2022, deve-se atentar que a inserção de pessoas em idade ativa se perpetua, em ritmo de desaceleração, até o ano de 2033. Projeta-se também que em 2060 o número de dependentes por 100 pessoas ativas aumente para 66, dos quais 2/3 serão idosos.

Dadas estas relações entre os três principais grupos etários, não restam dúvidas de que o Brasil se encontra diante de uma janela de oportunidades, também chamada de Bônus Demográfico. Contudo, deve-se ressaltar que há diferentes formas de se categorizar a extensão deste período. Comumente, classifica-se o bônus como o período onde a taxa de dependência total mantém trajetória decrescente (BLOOM; WILLIAMSON, 1998; PEREIRA; PORSSE, 2013; FUKUDA; MOROZUMI, 2004). No Brasil, este movimento se prolonga até o ano de 2022. Contudo, ainda que esta data represente o começo de uma nova fase expansiva no número de dependentes e, conseqüentemente, sinaliza para os novos desafios socioeconômicos, deve-se atentar que de 2007 até 2040, a relação entre pessoas dependentes e ativas é de um para dois (50 dependentes para 100 ativos), caracterizando um período

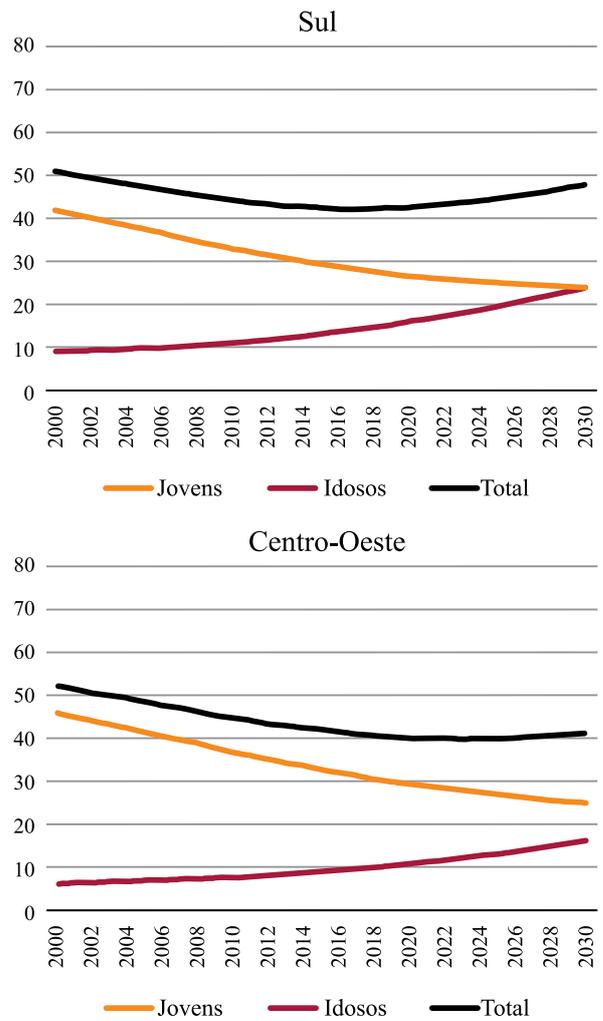
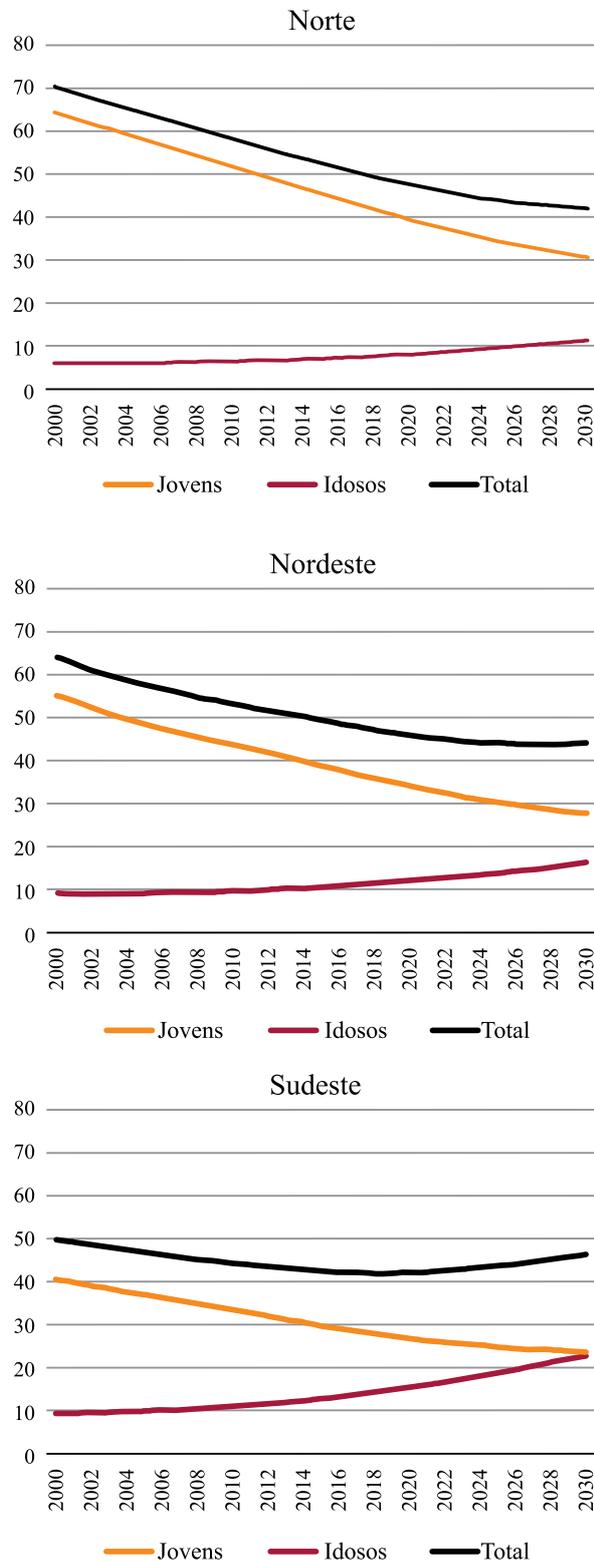
do ainda favorável para a produção e organização dos serviços públicos.

Mesmo que aumente a taxa de dependência total a partir da segunda década, deve-se atentar para o fato de que ela ocorre com maior proporção de idosos, o que pode ser benéfico para a renda familiar, especialmente nas regiões mais pobres do País. Ao contrário dos jovens, que raramente têm renda, os idosos são amparados, em sua grande maioria, pelo sistema previdenciário ou programas assistenciais do governo, o que garante para muitas famílias a única renda regular. Nas regiões ricas, a população idosa acumula ativos na fase produtiva e pode manter a sua independência financeira durante a velhice. Além disso, é crescente o número de pessoas que continuam produzindo após os 65 anos.

Segundo Brito (2007), a Transição Demográfica é única e múltipla, uma vez que, ao mesmo tempo em que é um processo global que atinge a sociedade como um todo, ela também se manifesta de várias maneiras diferentes, de acordo com as diversidades regionais e sociais. A partir de dados acerca da fecundidade, pode-se verificar que as regiões Norte e Nordeste possuem perfis etários mais

joviais que as regiões Sudeste e Sul. Assim, não surpreende que a Taxa de Dependência da região Norte, em 2010, seja relativamente alta (57,97) e significativamente composta por dependentes jovens (89,2%), como apresenta a figura 2.

Figura 2 – Taxas de Dependência nas Grandes Regiões do Brasil (2000-2030*)



Fonte: Elaborada pelos autores a partir das Projeções da População do IBGE (2013).

Pode-se destacar que o Bônus Demográfico desta Região findará mais tardiamente do que no restante do País, uma vez que até as projeções de 2030 o número de dependentes tem se mostrado continuamente em declínio. Ainda que de modo menos expressivo, a proporção de jovens no Nordeste brasileiro também compõe a maior parte dos dependentes em 2010 (81,9%). Nesta Região, a queda da taxa de dependência total se mantém até o ano de 2027, quando é esperada uma taxa de 43,66.

Já as regiões Sudeste e Sul se encontram em posições mais avançadas na transição etária. Em 2010, a taxa de dependentes do Sudeste foi de 44,29, sendo 75% composta por dependentes jovens. Ao mesmo tempo, o Sul tem taxa de 44,34, com 74% de jovens. Outra semelhança entre as regiões está na projeção do número de dependentes para o ano de 2030, quando a relação de jovens representará 50% do total de dependentes para a região Sudeste e 49,9% para a Sul. Diferentemente do Norte e Nor-

deste, projeta-se uma razão de dependentes ascendente a partir de 2017 no Sul e de 2018 no Sudeste.

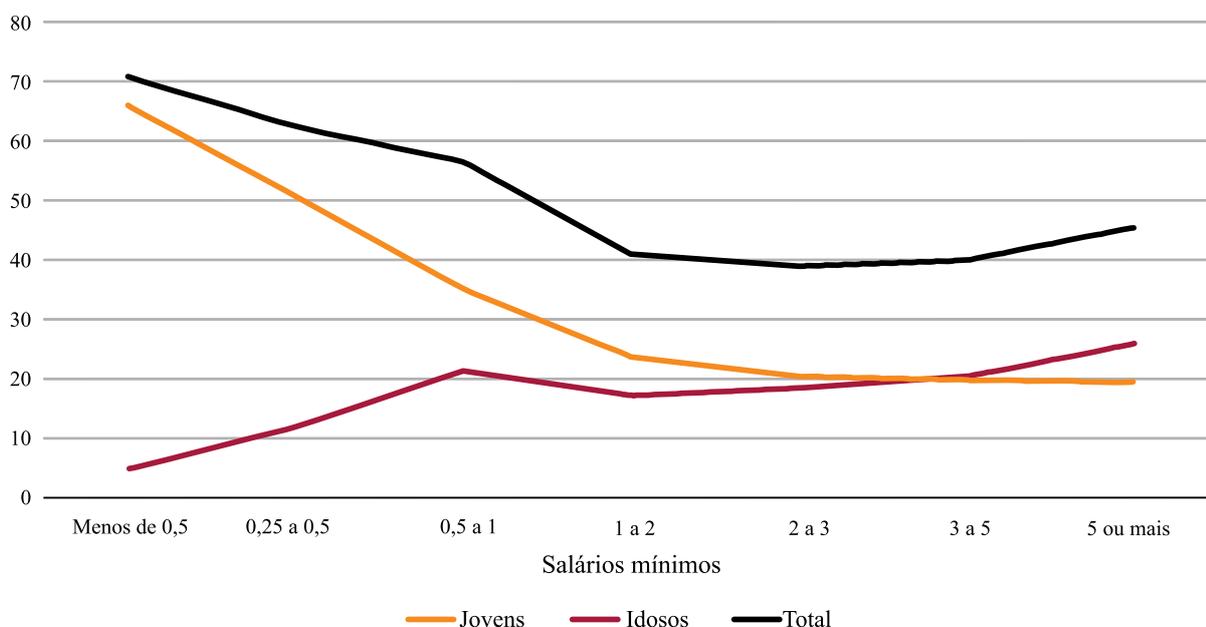
Já a região Centro-Oeste tem características peculiares, pois apresenta a menor reposição de crianças e a mais baixa participação de idosos na população. As projeções indicam que ela pode ser a região que mais tem a ganhar com o primeiro dividendo demográfico. Estima-se que o movimento de ascensão da taxa de dependentes tenha início a partir de 2023, ano em que se espera uma taxa de 40,19% de dependentes, a relação mais baixa entre todas as grandes regiões brasileiras.

Além das diferenças inter-regionais, a relação entre fatores demográficos e indicadores sociais também apresenta caráter múltiplo sobre a transição demográfica brasileira. Para Brito (2007), a razão de dependência está altamente correlaciona-

da aos níveis de renda per capita domiciliar, o que torna as diferenças sociais tão ou mais importantes que as regionais. Isso significa que as famílias pobres têm dupla dificuldade, pois possuem menor capacidade financeira e os poucos ganhos precisam ser repartidos entre maior quantidade de pessoas.

Nessa perspectiva, ao se analisar as taxas de dependência por classes de rendimento domiciliar per capita para o ano de 2010 (Figura 3), não surpreende que a alta dependência de jovens se concentre nas camadas mais pobres da população brasileira. Entre os extremos, a relação de dependentes jovens cai de 65,85 para 19,45, menos de um terço do número inicial. O contrário ocorre com a classe de idosos, que apresenta uma ascensão na medida em que se têm domicílios com maior rendimento *per capita*.

Figura 3 – Taxas de dependência por rendimento domiciliar *per capita* (2010)



Fonte: Elaborada pelos autores com base no Censo Demográfico do IBGE (2010).

*Devido a restrições nos dados, considera-se como idoso dependente a classe etária com 60 anos ou mais.

Dessa forma, para Brito (2007), as oportunidades e desafios impostos pela transição demográfica vão depender significativamente das peculiaridades regionais e sociais. Neste contexto, para as políticas públicas obterem êxito elas devem estar atentas não só ao processo global da transição demográfica no Brasil, como também nas suas diversas facetas regionais e sociais.

4 Oportunidades e desafios na transição demográfica

O conjunto de informações demográficas referentes ao Brasil indica que o Bônus Demográfico, ou o Primeiro Dividendo, começou na década de 1980 e se desenrola ao longo de mais de quatro décadas, quando no final a taxa de dependência to-

tal deve alcançar nível mínimo. A literatura citada também afirma que esse bônus somente trará vantagens sobre a renda se a maior oferta de trabalho se transformar em produção efetiva.

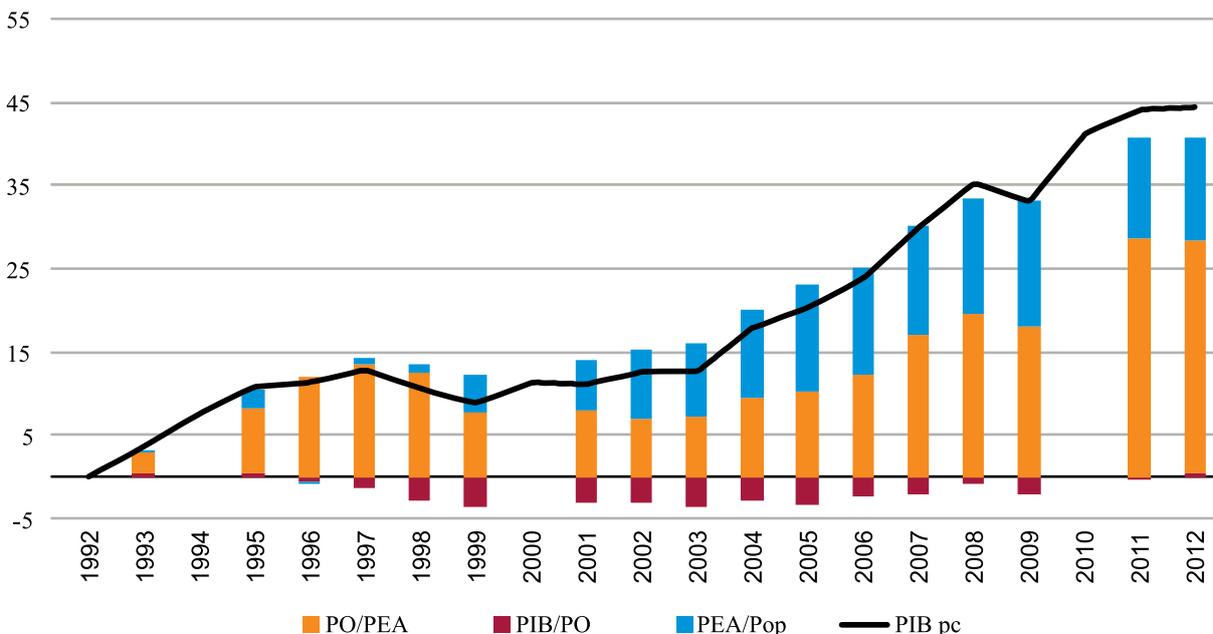
Com a finalidade de averiguar o crescimento induzido na renda pelas mudanças da estrutura etária, Mason e Lee (2006) propõem decompor a renda per capita entre ganhos de produtividade e de ocupação. De forma análoga, Cavalcante e Negri (2014) elaboram um conjunto de indicadores para interpretar a dinâmica do PIB per capita (PIB/População) via decomposição em:

- i) produtividade do trabalho (PIB/PO), sendo PO = pessoas ocupadas;
- ii) taxa de ocupação econômica (PO/PEA), sendo PEA = população economicamente ativa; e,

iii) taxa de participação econômica (PEA/Pop), sendo Pop = população total.

Utilizando-se da decomposição em três elementos de Cavalcante e Negri (2014) e determinando o ano de 1992 como período base (em função da disponibilidade de dados), é possível ilustrar a aceleração da participação econômica. Tal como apresentado pelos autores, a elevação da renda per capita na década de 1990 se deve majoritariamente ao crescimento da produtividade do trabalho (Figura 4). Já nos anos 2000, a produtividade apresentou desempenho moderado e a taxa de participação econômica foi a responsável por dar fôlego ao crescimento do produto. Enquanto isso, a taxa de ocupação econômica se apresentou em níveis abaixo ou próximos do período base.

Figura 4 – Decomposição e crescimento do PIB per capita brasileiro (1992-2012)*



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IPEA (2014).

* Base: 1992 = 0.

Sendo assim, é possível verificar que a inserção de pessoas aptas ao trabalho, dada pela transição demográfica, tem sido vantajosa para o crescimento da renda per capita. A taxa de crescimento média anual da participação econômica nestes 20 anos corresponde a um terço do aumento do produto. Destaca-se, contudo, que somente a partir de 1999 se conseguiu utilizar de forma clara e efetiva esta mão de obra disponível em ocupação formal. De um lado, este fato pode reforçar o argumento que o bônus demográfico não é um processo de-

terminista, sendo preciso um ambiente econômico favorável para a absorção da mão de obra. Por outro lado, também se poderia indicar que este atraso na inserção de pessoas no mercado laboral se deve a um crescente número de anos dedicados aos estudos e à preparação para o trabalho pelos jovens. Esta tendência atual, especialmente nos países em desenvolvimento, permite questionar o critério de se utilizar como ativas as pessoas com idade de 15 anos, o que torna o Bônus Demográfico mais precoce do que realmente ocorre.

Também é importante frisar que a participação econômica mostrou-se declinante após 2009. Segundo projeções do IBGE (2013), a população em idade ativa é crescente até o ano de 2033 e sua proporção na população total apresenta taxas positivas até 2022. Tem-se, portanto, diferenças nas taxas de crescimento da PIA e da PEA sobre a população total. A explicação deste descolamento pode ser encontrada na definição de cada variável, uma vez que a população em idade ativa (PIA) mensura todas as pessoas aptas a exercer trabalho e a população economicamente ativa (PEA) é formada pelos indivíduos que buscam ocupação. Assim, a diferença nas taxas é causada devido a parte da PIA que não procura ocupação produtiva¹.

Em suma, visto que o aumento da produção brasileira do início dos anos 2000 se deu via inserção de pessoas no mercado de trabalho, queda nos níveis de desemprego e manutenção da produtividade, é possível indicar que a economia nacional foi efetivamente favorecida pelo Bônus Demográfico. Todavia, verificou-se que a importância da participação econômica sobre a renda declinou a partir de 2009. Deste modo, tem-se, por um lado, que o crescimento brasileiro recente foi beneficiado pela transição demográfica e que o País ainda se encontra nesta janela de oportunidades. Por outro lado, ainda que a estimativa demográfica assegure crescimento da PIA até a próxima década, parte deste grupo em idade ativa retarda a oferta de trabalho, limitando o ganho de renda com a simples elevação do número de trabalhadores. Por essa razão, não se sabe até que momento será possível usufruir do processo demográfico como combustível econômico.

Ressalta-se também sobre a importância de aumentar a produtividade, elemento-chave para aliar maior número de dependentes com crescimento econômico. Além disso, é necessário voltar a atenção para as demandas de uma sociedade com maior dependência de idosos, tais como a oferta de serviços públicos na saúde, previdência e assistência social. Segundo Camarano e Pasinato (2004), as maneiras tradicionais de financiamento da seguridade social não serão suficientes para lidar com o

ritmo crescente da população idosa. Assim, Wong e Carvalho (2006) afirmam que as crescentes dificuldades no equacionamento das contas provavelmente forçarão novas estratégias, tais como incentivos para aposentados permanecerem na força de trabalho e novos limites de idade.

Para verificar o impacto do envelhecimento populacional sobre as contas do Estado, Turra (2001) analisa as transferências governamentais médias sobre oito coortes da população, supondo constante o montante de gastos para essas faixas etárias. Após, estima o efeito das alterações de uma nova estrutura etária sobre os custos governamentais². De acordo com os cálculos, cada pessoa idosa recebeu em 1996, em média, US\$ 4.046 (quatro mil e quarenta e seis dólares) em transferências governamentais, quase dez vezes mais que as despesas infantis.

Com estas características, fica claro que o equilíbrio nos gastos teria que ocorrer via maior arrecadação no segmento da população economicamente ativa, uma vez que os gastos per capita na faixa etária idosa superam os das demais. Na simulação de Turra (2001), também apresentada por Wong (2005), a relação entre receitas e despesas do ano de 2000 se aproxima de um equilíbrio, o que se deve, em parte, ao baixo nível da taxa de dependência (Tabela 1). Na medida em que a transição demográfica avança, as estimativas passam a mensurar uma estrutura etária brasileira mais envelhecida. Assim, ao supor constante o perfil de transferências do governo por faixa etária, a relação entre as contas apresenta declínio considerável para os anos de 2025 e 2050. Neste último ano, a receita representa somente 57,1% da despesa total (TURRA, 2001).

A conclusão lógica deste exercício, para Wong e Carvalho (2006), encontra-se na necessidade de investir na atual geração de crianças, de modo a qualificar a força de trabalho futura. Nesse sentido, Pereira e Porsse (2013) destacam que a continuidade do crescimento da renda per capita dependerá da capacidade de alcançar aumentos de produtividade e inovação. Para isso, faz-se necessário a acumulação de capital físico e humano, de modo que cada trabalhador consiga agregar maior valor aos seus serviços.

1 Os motivos deste desinteresse por empregos podem ser variados, uma das explicações reside na expansão do ensino brasileiro dos últimos anos. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), a porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais que possuem ensino superior completo subiu de 5,75, em 1991, para 11,27, em 2010. Também merece atenção a significativa parcela de jovens entre 15 a 29 anos que não estudam e nem procuram trabalho.

2 Turra (2001) assume uma economia fechada com crescimento da Regra de Ouro e com progresso técnico nulo. Por isso, mudanças nas condições tecnológicas, no mercado de trabalho e no comportamento da poupança são potenciais causas de divergências entre as estimativas e os resultados. Os cálculos dos autores estão baseados em dados de 1995/96 que contemplam as regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 1 – Simulação dos gastos governamentais brasileiros (em milhões US\$, 1996)

Faixa etária	2000		2025		2050	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
0 – 9	8.904,2	13.521,2	8.328,0	12.646,3	7.178,9	10.901,2
10 – 19	14.313,1	22.421,5	13.293,4	20.824,2	11.333,5	17.754,0
20 – 29	29.172,8	12.258,8	30.311,4	12.737,3	26.773,6	11.250,6
30 – 39	35.095,0	7.469,3	44.653,3	9.503,6	39.453,2	8.396,8
40 – 49	34.683,6	14.033,8	49.777,2	20.141,1	53.302,5	21.567,5
50 – 59	16.021,5	23.184,1	29.975,2	43.375,9	37.073,1	53.646,9
60 – 69	6.770,6	30.131,0	13.913,2	61.917,7	23.941,6	106.547,2
70 +	3.112,6	25.534,7	6.612,7	54.247,7	18.335,9	150.583,7
Total	148.074,0	148.554,5	196.864,5	235.393,6	217.412,3	380.648,0
R/D	99,6%		83,6%		57,1%	

Fonte: Adaptada de Wong (2005).

Segundo Pereima e Porsse (2013), além das já existentes resistências macroeconômicas para formação de capital, a dinâmica do envelhecimento tende a agravar tais dificuldades. Não bastasse isso, o Brasil tem mostrado uma baixa capacidade histórica de formar poupança. De acordo com Pessoa (2009), a poupança doméstica encontra-se em patamares abaixo da média mundial³. Além disso, quando comparadas as taxas de poupança da América Latina e da Ásia Oriental fica claro que a baixa acumulação brasileira é parte de um fenômeno latino-americano⁴.

Para Além e Giambiagi (1997), desde o final da década de 1970, o Brasil enfrenta uma queda expressiva dos níveis de investimento e poupança agregada, reflexo da evolução do consumo privado. Pessoa (2009) destaca que o *boom* populacional dos anos de 1970 certamente influenciou no comportamento da acumulação de capital, pois o forte ritmo no crescimento da população jovem diminuiu a proporção da população em idade ativa e, por consequência, diminuiu a capacidade de produção da economia. Além disso, o autor constatou que a mudança de perfil etário brasileiro, de jovem para maduro, deveria ter conduzido a um aumento na taxa de poupança, o que efetivamente não ocorreu.

Para Pessoa (2009), a enorme rede de proteção social instalada no Brasil no período pós-redemo-

cratização foi a principal responsável por contrabalançar a tendência de crescimento da acumulação de capital. Segundo o autor, isto se deve a uma série de regras institucionais e políticas que produzem um comportamento sobre a poupança independente do crescimento econômico. Em outras palavras, o gratuito acesso à saúde, à educação básica e às aposentadorias, além da disponibilidade de cursos superiores com apoio no financiamento, são elementos que tiram a importância da poupança para as famílias. Dessa forma, o autor acredita que o assistencialismo brasileiro e o subsequente envelhecimento populacional formam uma perspectiva sobre a formação de poupança com notáveis dificuldades.

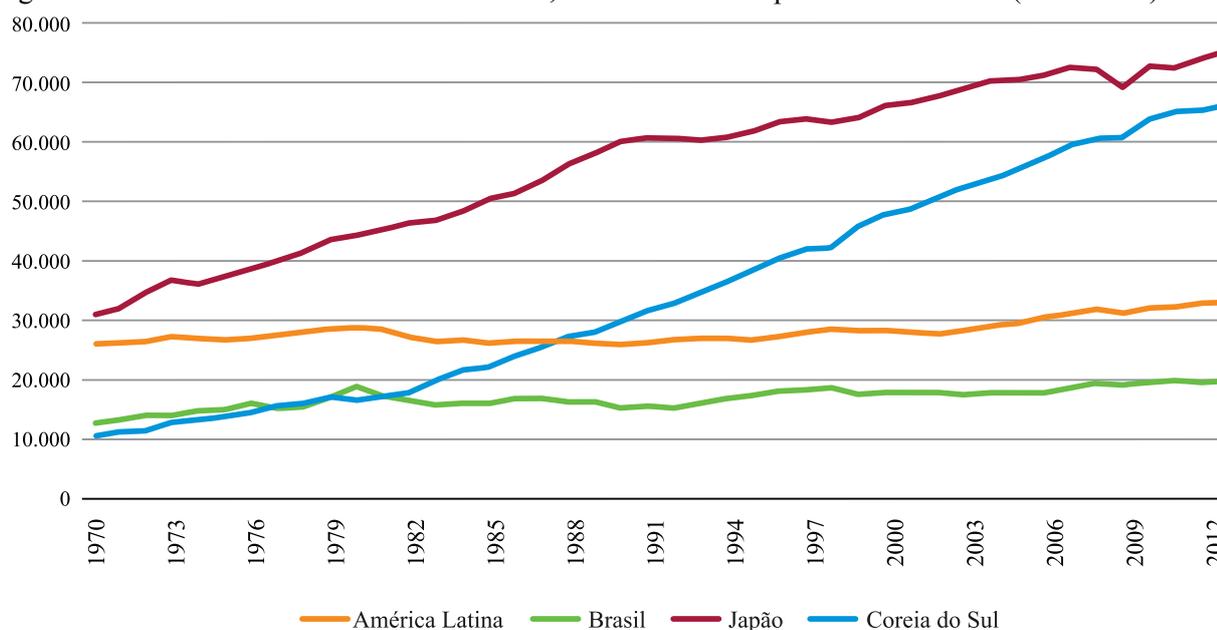
A baixa perspectiva para a formação de capital brasileira reflete maiores dificuldades para o aumento da produtividade do trabalho. A partir de dados do The Conference Board (2013), verifica-se que a relação entre Produto Interno Bruto e o número de pessoas ocupadas na economia brasileira se mantém em ritmo lento de crescimento, com taxa de 1,03% ao ano em mais de quatro décadas (Figura 5). Para os países latino-americanos ela é ainda menor, de 0,56% ao ano, ainda que o nível de produção por trabalhador se apresente acima do brasileiro. Destaca-se ainda o salto de produtividade coreano e japonês. A Coreia chama atenção pela proximidade à produtividade do Brasil até o início da década de 1980. O Japão, por sua vez, detém alto nível de produtividade desde 1970 (em função do crescimento significativo nas décadas anteriores) e continua com forte ritmo expansionista⁵.

5 De acordo com Fukuda e Morozumi (2004), nos últimos 40 anos o Japão tem se aproveitado do bônus demográfico para elevar as taxas de poupança e de crescimento econômico.

3 Média dos 134 países disponíveis no conjunto de dados do Banco Mundial.

4 Segundo dados do World Bank (2013), no período de 1993 a 2012, a taxa média de poupança da América do Sul e Caribe alcança 20,02%, enquanto que a média asiática é de 31,16% do seu produto interno bruto. Nesse mesmo intervalo temporal, a taxa brasileira se manteve em 18,22% e a chinesa em considerável nível de 45,43%.

Figura 5 – Produtividade do trabalho no Brasil, América Latina e países selecionados (1970-2013)*



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados de The Conference Board (2013).

*In 2013 US\$, converted to 2013 price level with updated 2005 EKS PPPs.

Além do capital físico, a produtividade do trabalho vai depender do acúmulo de capital humano. Este elemento torna o serviço mais eficiente e conduz a um aumento do valor agregado por trabalhador. Em uma análise conjunta da produtividade e do capital humano brasileiro, Barbosa Filho, Pessôa e Veloso (2010) concluíram que no intervalo de tempo entre 1992 e 2007, o capital humano mostrou contribuição praticamente nula sobre a economia. Para os autores, uma possível explicação para este resultado reside na baixa oferta de trabalho qualificado, o que indica que se deve implementar políticas de educação.

Sobre essa questão, Franco, Alves e Bonamino (2007) ressaltam que apesar da expansão do ensino no Brasil, as políticas nacionais não tiveram êxito ao tratar da qualidade do ensino. No entanto, Brito (2007) entende que a educação pode ser melhorada no País com a ampliação de horas-aula e baixo custo, porque já dispõe de uma capacidade de oferta de ensino, e a redução da demanda por esse serviço contribui para a universalização e para a qualidade.

Nas avaliações internacionais, o desempenho do ensino brasileiro não é satisfatório⁶, principal-

6 Na avaliação do Programme for International Student Assessment (PISA) publicada pela OCDE (2012), foram considerados 65 países e o Brasil ficou em 58º lugar. Ainda que, de 2003 para 2012, o País tenha alcançado o maior progresso em habilidades matemáticas dentre todos os participantes, as notas brasileiras ficaram abaixo da média dos 65 países nas três áreas avaliadas (matemática, leitura e ciência).

mente em função do alto grau de repetência dos alunos. Há ainda de se considerar a categoria preocupante de jovens que não estudam e nem procuram trabalho, ou seja, não exercem qualquer tipo de ocupação⁷(SOARES, 2006).

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que do total de pessoas com mais de 25 anos de idade no Brasil, somente 11,29% possuem diploma de ensino superior e praticamente a metade dessa população (49,18%) não possui ensino fundamental completo. Dados da OCDE (2012) apontam que este percentual de brasileiros com nível superior subiu para 12,96%, patamar ainda abaixo da média dos países da OCDE (32,62%) e de países vizinhos, como o Chile (17,81%) e a Colômbia (19,75%).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que houve incentivos para a população prolongar o tempo de estudo, há ainda várias lacunas na agenda da política educacional que devem ser preenchidas, tais como maior número de pré-escolas, maior grau de titulação dos professores, mais avaliações e autonomia das unidades escolares e dos diretores. Além disso, “[...] os resultados sinalizam que o desafio de qualidade hoje não pode ser enfrentado sem alterações profundas na agenda de políticas educacionais” (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007, p.1007).

7 De acordo com panorama educacional elaborado pelo INSPER (2014), dos jovens entre 15 e 17 anos, em 2011, cerca de 10% não se encaixa em nenhum tipo de ocupação.

5 Considerações finais

A pesquisa constatou que a transição demográfica brasileira apresenta heterogeneidade regional e por faixa de renda, coexistindo perfis mais avançados nas regiões Sul e Sudeste e atrasados nas regiões Norte e Nordeste. Já a região Centro-Oeste apresenta desempenho peculiar, pois ao mesmo tempo em que mantém nível de fecundidade reduzido, a dependência de idosos evolui timidamente.

Em relação às diferenças que permeiam o envelhecimento populacional por faixas de renda, verificou-se que as famílias de menor rendimento possuem as maiores taxas de dependência de jovens, exatamente o grupo que necessita de auxílio para estudar e se qualificar, e as menores taxas de idosos, a parcela da população que precisa de atenção especial, mas que normalmente tem alguns ativos e amparo pela previdência social. O contrário ocorre com as famílias que têm renda mais elevada.

Os resultados do trabalho mostram também que o aumento da renda per capita foi favorecido pelo Primeiro Dividendo Demográfico, a partir de 1999, uma vez que houve maior inserção de pessoas em idade ativa, e os níveis de desemprego e de produtividade permaneceram favoráveis. O intervalo temporal entre a identificação do Bônus Demográfico, em 1980, e a efetiva utilização de mão de obra disponível, nos anos 2000, pode ressaltar o caráter não determinista dos dividendos demográficos e indicar que existe um tempo maior de qualificação técnica, o que atrasa a entrada de jovens no mercado de trabalho, e um prolongamento do período ativo dos idosos, ou seja, que continuam trabalhando a partir dos 65 anos.

Contudo, deve-se atentar para a necessidade do aumento da produtividade, que depende dos esforços para a acumulação de capital físico e humano, de modo a sustentar crescente parcela de dependentes idosos e suas novas demandas. Contrariando as expectativas de crescimento da renda e da poupança pela maior participação de adultos na economia, a acumulação de capital físico permaneceu em níveis aquém do desejado. Desse modo, os entraves institucionais brasileiros somam-se ao iminente estado de população envelhecida, formando expectativas não promissoras dos atuais níveis de poupança interna e de acumu-

lação de capital físico.

Já o acúmulo de capital humano, por sua vez, não encontra entrave institucional e tampouco é prejudicado pela dinâmica demográfica. De forma contrária, identificou-se que a trajetória de alteração etária contribui para o aumento da cobertura e da qualidade da educação pública, já que diminui o número de jovens. Assim, pode-se considerar que as políticas voltadas à educação compõem a via mais factível de agregar valor à produção.

Em suma, averiguou-se, de um lado, que o Brasil se utilizou dos benefícios gerados pela transição demográfica para aumentar a renda per capita, ainda que em período de tempo relativamente curto. Por outro lado, esta janela de oportunidades não foi capaz de aumentar o nível de investimento nem a poupança interna brasileira. Assim, pode-se considerar que há sérios desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira, incluindo a melhoria na qualificação da mão de obra, maiores incentivos à acumulação de capital e o equacionamento das contas financeiras da seguridade social.

Referências

- ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. Aumento do investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil. **Revista do BNDES**, v. 4, n. 8, p. 3-30, dez. 1997.
- BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSÔA, S. de A.; VELOSO, F. A. Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira com ênfase no capital humano - 1992-2007. **Rev. Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 91-113, abr.-jun. 2010.
- BLOOM, D. E.; WILLIAMSON, J. G. Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. **The World Bank Economic Review**, 12, n. 3, p. 419-455, 1998.
- BRITO, F. R. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, 318).
- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão IPEA, 1292).

- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CARVALHO, J. A. M. de; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 725-733, jun. 2003.
- CAVALCANTE, L. R.; NEGRI, F. de. **Produtividade no Brasil: uma análise do período recente.** Brasília: IPEA, 2014. (Texto para Discussão IPEA, 1955).
- COALE, A.; HOOVER, E. **População e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1958.
- FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100 Especial, p. 989-1014, out. 2007.
- FUKUDA, S.; MOROZUMI, R. Economic growth under the demographic transition: a theory and some international evidence. In: ONOFRI, P. (Ed.). **The economics of an ageing population.** Massachusetts, EUA: Macroeconomic Issues, 2004. (ESRI Studies Series on Ageing).
- GALOR, O.; WEIL, D. N. Population, technology, and growth: from malthusian stagnation to the demographic transition and beyond. **The American Economic Review**, v. 90, n. 4, p. 806-828, sep. 2000.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Projeção da população por sexo e idade: 2000-2060.** Revisão 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- _____. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Projeção da população por sexo e idade: 1980-2050.** Revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER. **Panorama educacional brasileiro.** São Paulo: INSPER, 2014. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Panorama_Educacio_nal_Brasileiro_CPP-2014.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Boletim mercado de trabalho,** Brasília, n. 20, n. 56, p. 112, fev. 2014.
- KINSELLA K.; PHILLIPS, D. R. Global aging: the challenge of success. **Population Bulletin**, v. 60, n. 1, p. 5-42, 2005.
- MASON, A. Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. In: UNITED NATIONS. **United Nations expert group meeting on social and economic implications of changing population age structures.** New York: United Nations, 2007. p. 81-102.
- MASON, A.; LEE, R. Reform and support systems for the elderly in developing countries: capturing the second demographic dividend. **Genus**, v. 62, n. 2, p. 11-35, abr.-june, 2006.
- OCDE. **Program for international student assessment.** Paris: OCDE, 2012.
- PEREIMA, J. B.; PORSSE, A. Transição demográfica, acumulação de capital e progresso tecnológico: desafios para o crescimento brasileiro. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n. 1, p.49-60, jan.-mar. 2013.
- PESSÔA, S. de A. Modelo de desenvolvimento brasileiro: Austrália em vez da China. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 63, n. 12, p. 10-13, dez. 2009.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA, 2013.
- SOARES, S. **Aprendizado e seleção: uma análise da evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida.** Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, 185).

TAYLOR, A. M. Debt, dependence and the demographic transition: Latin America in to the next century. **World Development**, v. 23, n. 5, p. 869-879, may, 1995.

THE CONFERENCE BOARD. **Total economy database**. 2013.

TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. Before it's too late: demographic transition, labour supply, and social security problems in Brazil. In: UNITED NATIONS. **United Nations expert group meeting on social and economic implications of changing population age structures**. United Nations, 2005.

TURRA, C. M. Intergenerational accounting and economic consequences of aging in Brazil. In: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 24., Salvador, Brazil. **Anais ...** Salvador, Brazil: IUSSP, 2001.

UNITED NATIONS. **World population ageing 2013**. Population division of the department of economic and social affairs. New York: United Nations, 2013.

_____. **World Population Prospects: the 2012 Revision**. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations, 2012.

WONG, L. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 25., 2005, Tours, France. **Anais...** Tours, France: IUSSP, 2005. p. 18-23.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Rev. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan.jun. 2006.

WORLD BANK. **National accounts data**. Washington: World Bank, 2013.